

Brady pede apoio a particulares

MICHAEL QUINT

O Secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas F. Brady, fez um apelo, na segunda-feira, aos principais diretores de bancos particulares, no sentido de que eles adiram aos princípios do plano que leva o seu nome e que tem como objetivo reduzir o peso da dívida externa dos países em desenvolvimento.

A estratégia de Brady, definida, nas suas linhas gerais, em março, implica que os bancos aceitem fazer reduções nos pagamentos dos juros e do principal dos seus empréstimos aos países devedores. A fim de estimular a participação dos bancos particulares, o Plano Brady sugere o fornecimento de dinheiro, a esses países, pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os fundos, por sua vez, seriam utilizados para garantir os empréstimos em relação aos quais os bancos concordassem em receber menos do que o cedido.

O apoio do Banco Mundial e do FMI é significativo, no sentido de que funciona como guia do índice de redução que os bancos deverão aceitar. A nova estratégia, segundo Brady disse aos mais de cem banqueiros presentes à Conferência Monetária Internacional de Madri, ajuda os interesses dos bancos, a longo prazo, já que proporciona uma esperança de ressurreição econômica dos países devedores. A manutenção da antiga estratégia de renovação periódica dos antigos empréstimos, combinada com a necessidade de empréstimos novos, causaria perdas de lucros e de capital, para todos os bancos, muito acima de quaisquer eventuais perdas implicadas por sua proposta, acrescentou ele.

Depois do discurso, Brady comentou que os programas de re-

dução da dívida não encorajariam, necessariamente, outros países, que já pagaram as suas dívidas, a imitar os que se incluem, agora, no novo programa. "Os que encarem o projeto como oportunidade para se comportarem mal serão os últimos da fila", advertiu Brady.

Num primeiro momento, os banqueiros não pareceram se impressionar com a sugestão do secretário. Vários deles, norte-americanos, comentaram que preferiam esperar para ver quais seriam as garantias reais, com referência às dívidas renegociadas. A maioria dos banqueiros estrangeiros, inclusive os japoneses, que já prometeram mais de quatro bilhões de dólares de novos fundos,

Os bancos privados poderiam colaborar, diz Brady

também não parecia disposta a novos empréstimos, a menos se receber alguma espécie de garantia oficial.

Ontem, contudo, com um acordo preliminar de um novo pacote de créditos para o México, o primeiro país submetido à nova proposta de redução de dívida do Plano Brady, o Banco Mundial e o FMI parecem ter mostrado sua disposição de dar as garantias desejadas: os dois organismos concederão, cada um, de 1,7 a 2 bilhões de dólares ao governo mexicano, para que este implemente a política de redução dos débitos externos.

A reunião de Madri aconteceu no exato momento em que a negociação entre os bancos e os países devedores diminuía de ritmo, já que, entre os bancos, segundo os próprios banqueiros, a tendência parece ser adiar as negociações até que se instale uma crise de tal magnitude que os go-

vernamentos ocidentais, o Bird e o FMI proporcionem mais garantias aos bancos particulares do que aquelas que estão dispostos a conceder, até agora.

Depois do México, os países que devem celebrar acordos são as Filipinas e a Costa Rica. No caso do México, a sugestão inicial foi de um corte de 55% no pagamento da dívida, a que os bancos responderam com uma contraproposta de 15%. Willard C. Butcher, presidente do Chase Manhattan, deixou bem claro: corte de 50%, nem pensar. "Está-se pedindo demasiado dos bancos privados", disse ele, comentando que muitos dos países devedores têm mais capacidade de pagar as suas dívidas do que admitem. Já John S. Reed, presidente do Citibank, credor, do México, de mais de dois bilhões de dólares, a médio prazo (o Citibank é o único banco particular no país), afirmou que pretende fazer novos empréstimos mas não tem a intenção de participar em programas que ofereçam garantias de crédito em troca de redução na dívida. E, até agora, os executivos do Banco Mundial e os dirigentes governamentais continuam rejeitando as sugestões dos banqueiros de que eles também participem no plano de redução.

Ernest Stern, vice-presidente senior do Banco Mundial, argumenta que o organismo que ele representa não pode ser convidado a "perdoar" alguns dos seus empréstimos porque isso implicaria uma perda de credibilidade, no exato momento em que se conta com o Bird para proporcionar o necessário apoio aos países em desenvolvimento nas suas quitação dos juros ou do principal das dívidas contraídas com os países credores.

□ Michael Quint é articulista do New York Times.